


 <i>"Quão Dificil Nos Temos Movido"</i>	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 07/10 13 de Julho de 2010	 <small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.</small>
	URGE CUMPRIR A LEI!	

Com a chegada da época de férias, como vem sendo hábito nos últimos anos, avolumam-se as preocupações relativas à vida de todos nós em várias frentes para confundir e desmobilizar resistências e promover a resignação e o baixar dos braços.

Também como vai sendo hábito, a ANS não vira a cara à luta, encara os problemas frontalmente, promove a unidade entre as vítimas inconformadas e com vontade de resistir, como é exemplo a reunião e conferência de imprensa realizadas no passado dia 9 de Julho na sede da AP - Associação de Praças, juntando cinco organizações representativas do universo afectado pela reforma do sistema de Saúde Militar em curso, ameaçando transformar-se em mais uma séria machadada na Condição Militar.

A necessitar de atenção e intervenção estão também o Sistema Retributivo (SR), as Carreiras dos militares das Forças Armadas e, especialmente, as consequências danosas dos PEC1, PEC2 e os que mais aí vêm às claras ou encapotados noutros documentos, como se não tivessem um único objectivo: fazer os mesmos pagar a tal crise, bendita para uns poucos e maldita para a maioria, onde nos incluimos.

Sobre o SR, antecipando a trapalhada que se avizinhava não podemos deixar de referir o facto de, em devido tempo e lugar, termos alertado e apresentado propostas alternativas que, caso tivessem sido consideradas, teriam evitado a situação calamitosa que hoje se vive.

URGE CUMPRIR A LEI!

- Ainda ninguém consegue dizer com rigor quanto custa esta aventura reformista se a lei (concebida, elaborada, aprovada e implementada por esta equipa ministerial das finanças e da administração pública) for integral e correctamente aplicada.

- A Marinha ainda não publicou a lista ordenada dos primeiros-sargentos reportada a 31 de Dezembro de 2009, nem os ramos publicaram e trocaram entre si as listas ordenadas do seu pessoal para que o posicionamento seja actualizado de acordo com a lei.

- O Ministro da Defesa Nacional, até à hora de encerrar este comunicado, ainda não tinha assinado as portarias definindo os Quadros Orgânicos dos Ramos para 2010, como a lei obriga, criando dificuldades aos chefes militares na gestão do seu pessoal, com as carreiras estagnadas há anos, vagas em aberto por preencher esperando que o ministro cumpra a lei e despache.

- Continuam a existir problemas com os Suplementos Remuneratórios adquiridos pela penosidade, insalubridade e especial risco de algumas especialidades militares, cujo artigo ficou provisoriamente suspenso por despacho do SEDNAM mas que continua a necessitar de resolução definitiva.

- Da mesma forma, os Suplementos de risco cujo valor é indexado a vencimentos continuam a ser pagos em valores muito inferiores aos determinados nos respectivos decretos-lei, mesmo sem estes terem sofrido qualquer alteração

- A trapalhada transpõe as unidades militares e chega aos lares dos militares reformados, agravando e aumentando mensalmente a enorme dívida que já estava constituída e que ainda não foi completamente liquidada, totalizando de momento centenas de milhões de euros que o Estado deve a este universo de militares.

- Os jovens em regime de contrato e voluntariado, aqueles que pretendem que venham a constituir o grosso do pessoal das Forças Armadas, viram os incentivos de adesão seriamente afectados e mesmo os escassos que ainda restam não são muitas vezes cumpridos.

A injustiça prossegue!

A este quadro degradante que só por si já justifica a onda de indignação e de revolta que se sente no dia-a-dia dos quartéis, ainda se somam as trapalhadas provenientes dos serviços não terem tido tempo suficiente para se prepararem para a implementação deste SR imposto, mais uma vez, a *mata-cavalos*; para agravar o quadro ainda vem o Tesouro impor que a lei não seja devidamente cumprida, obrigando muitos sargentos e praças, precisamente os mais prejudicados com esta lei abstrusa e injusta, a verem reduzidos os seus vencimentos de Junho, ficando muitos deles a vencer menos do que ganhavam em 2009.

Um exemplo de 1SAR's na Marinha: *“a nossa remuneração base em 31DEZ09 era 1431,36€; em MAR10 transitámos para a PR 20 com remuneração base de 1458,94€; em JUN10 fomos colocados na «posição remuneratória automaticamente criada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro» com remuneração base de 1431,36€, mas na prática, com o aumento da retenção de IRS, ficámos com remuneração líquida inferior à que tínhamos em DEZ09”, mesmo antes dos efeitos nefastos dos famigerados PEC.*

Como um pacote de males nunca vem só, ainda temos a indefinição da revisão das carreiras dos militares, uma vez mais em curso nos gabinetes do ministério (ou de algum escritório de advogados, ou pelo malfadado *turno da noite*), mais uma vez à revelia das associações socioprofissionais dos militares e da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, que estabeleceu os direitos de representação daquelas associações.

Continuam por resolver os problemas de sargentos com 15 e mais anos de permanência em postos, agora sem qualquer compensação de progressão horizontal; o problema dos camaradas excelentes profissionais a passarem à situação de reserva compulsiva por o exército se recusar a cumprir a Lei como o fazem os restantes ramos; o problema da falta de uma Escola Superior dos Sargentos das Forças Armadas, que rasgue novas perspectivas de carreira...

Se a isto somarmos as consequências que já vamos começar a sentir nos nossos bolsos a partir deste mês por via dos PEC 1 e 2 assumidos mais ou menos às claras, transpomos as fronteiras do purgatório na terra. As consequências do PEC 3 encapotado no ROPO (Relatório de Orientação de Política Orçamental), que prevê cortes na despesa com a administração pública de 32,7% e novos aumentos no IRS, levam-nos directamente para o interior do inferno.

Mas nem tudo são más notícias. Sabemos que o número de milionários portugueses aumentou para 11.000 em 2009, e que só três deles detinham uma fortuna avaliada em 4,5 mil milhões de euros; no outro prato da balança declararam-se mais de 2 milhões de pobres, muitos deles trabalhando 40 ou mais horas semanais.

Por tudo isto, e porque não acreditamos que havendo 20 mil milhões de euros conseguidos em poucos dias para acudir à banca (que segundo a união de bancos, embolsou bem mais de MIL MILHÕES de euros de lucros em 2009), não haja mais uns trocos para se cumprir a Lei respeitante aos militares.

Honrando o nosso juramento perante a Bandeira Nacional, tudo faremos para que a Lei seja cumprida e a Condição Militar salvaguardada, seja na Saúde Militar, no Sistema Retributivo, nas Carreiras, ou na Liquidação da vergonhosa Dívida do Estado para com a Família Militar; mesmo que para tanto tenhamos de continuar a lutar em tempo de férias.

A Direcção

Lisboa, 13 de Julho de 2010